

didade; aumento da importância dos nascimentos fora do casamento; ampliação da população escolarizada; complexificação dos itinerários profissionais; compressão do mercado de trabalho (para as camadas mais jovens e mais velhas); terciarização da estrutura produtiva, entre outras.

Registe-se também a facilidade de leitura deste estudo, a qual não é sinónimo de menor rigor dedicado à apresentação: os conceitos são, sempre que necessário, clarificados; o tipo de dados, as limitações e as potencialidades da informação disponível em cada uma das áreas consideradas são cuidadosamente apresentados; o frequente recurso a gráficos facilita a percepção das situações observadas; o tratamento estatístico da informação é elementar, predominando o cálculo de valores percentuais por grupo etário e/ou por sexo; a linguagem utilizada na descrição das principais tendências observadas é acessível e para a compreensão de algumas das dinâmicas sociais verificadas figuram oportunas referências a outros estudos sociológicos realizados.

Assim, e destinado a um público relativamente alargado, o valor acrescentado de uma abordagem estatística (mesmo que pouco complexa, como é aqui o caso) feita ao serviço do conhecimento da sociedade portuguesa através da sociologia fica patente neste estudo, em que as estatísticas sobre a população valem não apenas por si, mas pelos seus conteúdos e significados sociais respectivos.

MARIA JOÃO VALENTE ROSA

*Eduardo Viegas Ferreira, Crime e Insegurança em Portugal — Padrões e Tendências, 1985-1996*, Oeiras, Celta Editora, 1998, 135 + XVI páginas.

Crime e insegurança são dois terrenos em que a investigação sociológica portuguesa não se tem aventurado significativamente. Se excluirmos os inquéritos de vitimação realizados em 1992 e 1994 pelo Gabinete de Estudos e de Planeamento do Ministério da Justiça, o livro de Eduardo Viegas Ferreira constitui a primeira abordagem sistemática às relações entre ambos. A partir das ocorrências criminais registadas pelas autoridades policiais e dos dados dos dois inquéritos de vitimação, o autor traça uma análise da criminalidade portuguesa na primeira metade da década de 90, visando um duplo propósito: por um lado, analisar o número de crimes e a sua incidência territorial, integrando, «na medida do possível, os efeitos específicos de alguns factores sociais sobre a emergência e o desenvolvimento de algumas práticas «delinquentes»» (p. 2); por outro, contribuir para uma melhor compreensão dos motivos que estão na origem do aumento de sentimentos de insegurança manifestados por uma parte muito significativa da população portuguesa.

O livro estrutura-se em torno de cinco capítulos. No primeiro caracteriza-se o número de crimes por grandes categorias criminais e, dentro de cada uma destas, pelos principais ti-

pos. No segundo procede-se a uma leitura da sua distribuição territorial que é completada, no capítulo seguinte, pela incidência temporal. No quarto capítulo compara-se a criminalidade portuguesa com a europeia. E no último projecta-se a série temporal dos crimes ao longo da década de 1985-1996.

Nas análises que desenvolve, o autor não se limita a reproduzir e a comentar os dados recolhidos das fontes estatísticas. Pelo contrário, faz um enorme esforço no sentido de construir explicações para as realidades criminais que caracteriza, de propor e explorar hipóteses para o aumento dos sentimentos de insegurança e de identificar as implicações para a política criminal das análises e resultados que desenvolve. Muito desse esforço analítico resulta das opções construídas ao longo da pesquisa, pelo que, a nível metodológico, devem destacar-se dois méritos. Em primeiro lugar, importa realçar a tentativa de estabelecer e calcular probabilidades objectivas de vitimação. Em segundo lugar, o recurso a outros dados estatísticos no sentido de integrar e medir a influência de determinadas variáveis, como o rendimento *per capita* ou a taxa de desemprego, sobre a emergência e o desenvolvimento de algumas práticas delinquentes. Deste modo, o autor desenvolve e apresenta análises correlacionais que procuram problematizar os «factos» criminais com outras realidades sociais.

Paradoxalmente, os aspectos metodologicamente mais inovadores deste estudo são aqueles que também

merecem mais reservas, na medida em que nem sempre são suficientemente justificados para alicerçar e sustentar algumas das importantes conclusões e resultados a que o autor chega. Começemos por ilustrar as objecções metodológicas em relação ao aumento dos sentimentos de insegurança.

A determinação das probabilidades objectivas de vitimação constitui o instrumento privilegiado a partir do qual é analisada a relação entre insegurança e criminalidade. Segundo o autor, «o receio de ser vitimado não é totalmente ‘irrealista’, construído ou amplificado pelos meios de comunicação social, mas sim, e como tudo o indica, um receio que resulta de uma percepção razoavelmente objectiva das probabilidades de vitimação das pessoas que residem em Portugal e, em particular, nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto» (p. 48). Por outras palavras, o receio de ser afectado por um crime não é uma fantasia nem um «pânico moral», mas uma possibilidade objectiva cuja oportunidade é relativamente elevada. E é essa possibilidade que, segundo o autor, estará na génese do aumento dos sentimentos de insegurança. Ora é precisamente aqui que poderá colocar-se uma forte objecção. Com efeito, ao procurar ver nas oportunidades objectivas a origem dos sentimentos não levará longe de mais as interpretações que os dados apresentados permitem retirar? E não serão essas interpretações contraditórias com outros dados apresentados?

Um argumento que contraria a relação entre as probabilidades objectivas de vitimação e os sentimentos de insegurança reside no facto de essa relação ser apenas válida para os crimes contra o património, já que «a integridade física e emocional das pessoas residentes nas diferentes regiões do país não parece surgir significativamente associada aos sentimentos de insegurança revelados a este nível no inquérito de vitimação de 1994» (p. 63). Ou seja, a existir uma relação directa entre criminalidade e sentimentos de insegurança, a principal responsabilidade pela existência dessa relação caberia aos crimes contra o património. Assim, como compreender que os sentimentos de insegurança dependam mais do «ataque» à propriedade do que dos receios que as pessoas manifestam em relação à possibilidade de serem agredidas? De facto, parece difícil aceitar que a insegurança resulte mais da ameaça em relação à propriedade do que da ameaça à integridade física e emocional.

A nossa objecção maior incide, no entanto, na questão metodológica com que o autor fundamenta a relação entre insegurança e criminalidade. Com efeito, essa relação articula, como já se referiu, a probabilidade estimada, em determinada região do país, de ocorrência criminal e os receios expressos perante a eventualidade dessa ocorrência. Segundo o autor, as regiões metropolitanas de Lisboa e Porto, em que as probabilidades de crimes contra bens patrimoniais, designadamente assaltos na via

pública e furtos em residências, são mais elevadas registam também, conforme revelam os inquéritos de vitimação, sentimentos de insegurança mais intensos. Mas este resultado, perfeitamente sustentado em termos da análise das correlações que apresenta, não lhe permite passar automaticamente a defender que os níveis de insegurança manifestados pelas pessoas nessas duas áreas metropolitanas radique «na probabilidade, nada negligenciável, de o património das mesmas vir a ser alvo, num futuro próximo, de assaltos, furtos ou danos» (p. 48). O facto de ambas as regiões registarem probabilidades de vitimação e níveis de insegurança mais elevados não autoriza que se estabeleça um elo causal imediato. As correlações podem ser meramente espúrias, e não é difícil descortinar variáveis que possam contribuir para esse efeito. E sem controlar esse efeito através do recurso de outras variáveis — como o grau de urbanização — torna-se difícil fundamentar empiricamente o impacto da criminalidade sobre os sentimentos de insegurança. Aliás, o problema de saber até onde é possível ir com base na análise de correlações surge a propósito de outras interpretações e posições defendidas noutras partes do livro que serão um pouco mais à frente abordadas.

Por enquanto, parece ainda oportuno acrescentar um novo elemento para contrariar a tentativa de reduzir os sentimentos de insegurança às probabilidades objectivas de vitimação. Com efeito, justificar os sentimentos

de insegurança com base nas probabilidades objectivas de vitimação leva a considerar o «medo de ser agredido por um desconhecido» como um medo que é «criado e amplificado por um conjunto de factores que não estão necessariamente relacionados com os problemas de vitimação existentes em Portugal» (p. 63). Do mesmo modo, também se considera que, «no caso do receio manifestado pelas mulheres de virem a ser alvo de ofensas sexuais, a associação negativa e pouco significativa que o mesmo apresenta com as possibilidades «objectivas» de vitimação indicia que os receios manifestados parecem resultar mais de um fenómeno de «construção e de amplificação», seja pelos meios de comunicação social ou por terceiros, seja por efeito indirecto, da elevada incidência de crimes contra o património do que de uma «realidade criminal» que objectivamente não é tão grave como os receios manifestados poderiam dar a entender» (p. 64). Aqui a tese positivista de que as condições objectivas determinam os estados de espírito é levada ao extremo. Ou seja, tudo quanto não repouse numa probabilidade objectiva tende a ser considerado uma construção que está para além da realidade criminal. Não seria mais fácil conceber os sentimentos de insegurança como resultantes de vários factores, entre os quais, sem dúvida, as probabilidades objectivas de vitimação, mas ao qual se juntariam outros, designadamente o medo de estar só e abandonado, o vazio social ou a anomia, contribuindo todos eles com pesos explicativos

diferentes? Por que razão há uma insistência tão forte em fazer depender os sentimentos de insegurança do aumento dos crimes contra o património?

O segundo aspecto que nos suscita objecções metodológicas diz respeito às interpretações que resultam das correlações estabelecidas entre determinados factores — como a taxa de desemprego, o rendimento *per capita*, a densidade populacional ou a taxa de urbanização social — e as práticas delinquentes. O recurso a estas variáveis alargou o âmbito da problematização e da reflexão sobre o fenómeno da criminalidade, tornando-as mais interessantes e originais, mas a forma como foi feito suscita algumas dúvidas metodológicas. Por exemplo, com base na análise das correlações, o autor sustenta «a hipótese de que a incidência da maior parte dos crimes contra bens patrimoniais familiares e pessoais tende a ser mais elevada nas regiões com um maior rendimento *per capita* e, aparentemente, a ser pouco afectada pela existência de maiores ou menores níveis de desemprego» (p. 49). E procura desenvolver e fundamentar esta hipótese recorrendo à teoria da estrutura de oportunidades. Estas análises são perfeitamente compatíveis com os indicadores económicos e criminais apresentados. Mas, com base no argumento de que o indicador rendimento *per capita* raramente reflecte as desigualdades que diferenciam as regiões urbanas e «ricas» das suburbanas e «menos ricas», o autor passa, surpreendentemente, a defender que as diferentes incidências

territoriais dos crimes contra bens patrimoniais familiares e pessoais estão associadas, «não a maiores e menores níveis de desemprego e de pobreza, mas a um desenvolvimento de expectativas de acesso a níveis e a estilos de vida que só estão ao alcance de alguns «privilegiados»» (p. 52). Mas em que evidência empírica se alicerça esta conclusão? Como o próprio autor mostra, a teoria da expectativa tem uma longa tradição teórica na explicação criminal, mas na análise que desenvolve não apresenta elementos empíricos que validem a incongruência das expectativas enquanto elemento explicativo para as diferentes incidências da criminalidade em Portugal. Afinal, o desenvolvimento de expectativas irrealistas é deduzido a partir da incidência criminal e não constitui um indicador empírico observável, contra o qual a hipótese da incongruência das expectativas pudesse ser confrontada.

As objecções que temos vindo a colocar podem ainda ser alargadas a outro caso, também relacionado com as incidências territoriais da criminalidade. Ao analisar a incidência geográfica do consumo e tráfico de estupefacientes, o autor observa que as regiões que apresentam taxas mais elevadas de crimes patrimoniais são também as que têm as mais altas taxas de toxicod dependência. A partir destes dados concluiu que a «toxicod dependência tende a ser influenciada [...] pelos mesmos factores que tendem a influenciar as diferentes incidências territoriais dos crimes contra bens familiares e pessoais. Neste sen-

tido, parece evidente que a toxicod dependência não se constitui potencialmente como o principal factor explicativo das diferentes incidências territoriais dos crimes contra bens patrimoniais e pessoais, mas sobretudo como um factor que tende a contribuir para acentuar essas mesmas diferenças» (p. 57). Até pode ser que assim seja. Mas não se vê como uma conclusão deste tipo possa ser fundamentada a partir das correlações reveladas no estudo. É muito difícil não ver na relação entre a taxa de delinquência e a dos crimes patrimoniais a interferência da variável *urbanização*, que, como o próprio autor mostra, acaba por estar muito associada a ambas. A correlação pode ser claramente espúria. E, como não se isolam efeitos (apesar da existência dos dados), é um pouco precipitado concluir da forma como o faz. Pelo menos, a evidência dos dados apresentados não sustenta tão taxativamente as conclusões a que chega.

O facto de se destacarem aqui algumas objecções não resulta de uma postura metodológica «purista» nem tão-pouco se procuram infirmar as análises que o autor realiza a respeito do fenómeno criminal na sociedade portuguesa. No entanto, não se pode aceitar que, ao abrigo de uma suposta fundamentação empírica, se apresentem conclusões extremamente polémicas que, a meu ver, não são suficientemente avalizadas pelos dados nem pelas análises realizadas, mas mais parecem resultar de interpretações com alguma carga ideológica. Exemplifico com dois casos.

Uma das conclusões do estudo defende que os sentimentos de insegurança e os níveis de intolerância ao crime nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto parecem estar muito próximos de um limite. Ora, atendendo às objecções que colocamos, dificilmente se poderá aceitar pacificamente esta conclusão, tanto mais que o autor não explica como vislumbra esse limite e até reconhece, contrariando um pouco a sua análise, que a tendência dos crimes contra o património estagnou, podendo mesmo regredir nos próximos anos.

A outra conclusão polémica reside na afirmação de que os resultados indiciam que a redução da taxa de criminalidade «terá de passar, quase inevitavelmente, por uma intervenção do próprio sistema de justiça criminal, seja ao nível de desenvolvimento de medidas de controlo social mais punitivas, seja ao nível do enquadramento e do controlo de estruturas comunitárias de autoprotecção ou de sistemas privados de segurança» (p. 129). Que o autor defenda a via repressiva e a generalização da função policial às estruturas comunitárias é um direito que lhe assiste e que não se contesta. Mas surpreende verificar que tais medidas são justificadas, como se diz na mesma página, na presunção de que «a elevada incidência de crimes contra bens patrimoniais em regiões suburbanas e urbanas parece estar associada, mais do que ao desemprego ou à pobreza, a um desenvolvimento de expectativas materiais e sociais desajustadas às possibi-

lidades de muitos grupos sociais, que, por sua vez, não tem sido compensado pela manutenção, ou pelo reforço, de eficazes estruturas comunitárias de integração e de controlo social». Pode ser que o autor tenha razão. Até pode ser que um dos principais problemas da sociedade portuguesa resida «mais na ausência de «comunidades urbanas» suficientemente coesas e solidárias e, conseqüentemente, capazes de detectar e de «punir» práticas delinquentes do que propriamente na ausência de oportunidades de acesso a «bens essenciais», como a educação, a formação profissional e o emprego» (p. 129). Mas, convenhamos, a evidência empírica apresentada e as análises realizadas, conforme tivemos ocasião de referir, dificilmente poderão ser chamadas a validar e sustentar conclusões de tão longo alcance e implicações.

PEDRO MOURA FERREIRA

*Michel Wieviorka, Violence en France*, Paris, Seuil, 1999.

Comecemos pelo autor. Este livro de Wieviorka (de facto, resultado do trabalho de uma avantajada equipa de sociólogos do «CADIS» da Escola de Altos Estudos do Boulevard Raspail, de Paris) prolonga estudos anteriores, quer no tocante ao tema da violência, quer na análise feita a determinadas